



LEITURA OBRIGATÓRIA



Filiado à
CNTE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cncte.org.br

SINEDUCAÇÃO - Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís - Informativo Semestral - 1º Semestre 2019 - Ano I - Nº 01

JURÍDICO

Sineducação divulga andamento das ações judiciais

Página 5

ADVERTÊNCIA



Professores paralisam atividades e protestam na frente da SEMED

Página 7

Atos de paralisação reúnem milhares de pessoas nas ruas de São Luís

Liderados pelo Sineducação, os professores da Rede Pública Municipal aderiram em massa aos atos de protesto convocados pela CNTE; Centrais Sindicais; UNE e UBES. PÁG 2



Sineducação promove Seminário dos Anos Iniciais para professores da Rede Municipal

Evento buscou valorizar o profissional da educação, agregando e atualizando os conhecimentos, a fim de aperfeiçoar a gestão em sala de aula. PÁG 3



URGENTE!

ATENÇÃO PROFESSOR (A)!

O Sineducação e sua Assessoria Jurídica não ligam solicitando pagamento antecipado para recebimento de valor devido ao educador em processo judicial.

Não caia no golpe do pagamento antecipado!



Av. 74, Casa 46 - Cipe - 55030-400 - (91) 3221-4273

15M | 30M | 14J

Atos de Paralisação realizados em Maio e Junho reúnem milhares de pessoas nas ruas de São Luís

Liderados pelo Sindeducação, os professores da Rede Pública Municipal aderiram em massa aos atos de paralisação convocados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Centrais Sindicais; UNE e UBES. A Praça Deodoro, no Centro Comercial de São Luís, local das concentrações, foi tomada por milhares de educadores e estudantes que protestaram contra a Reforma da Previdência e corte de verbas da Educação Pública, dentre outras pautas, como o patrulhamento ideológico nas escolas.

Durante discurso, a professora Elisabeth Castelo Branco, presidente do Sindeducação, pediu unidade da classe estudantil com os profissionais do Magistério em defesa das pautas comuns da Educação Pública, e ressaltou o cenário adverso que precisa ser enfrentado, com coragem, por todos que defendem a Educação Básica e o Ensino Superior.



Para a professora, a força e unidade demonstradas nos movimentos dos dias 15 e 30 de Maio, e 14 de Junho, em São Luís, nos municípios do interior do Maranhão, e de todo o país, darão o norte das próximas mobilizações. “Educadores e estudantes mandaram um recado claro ao presidente Jair Bolsonaro, de que não aceitarão os ataques à Educação Pública, e que a luta persistirá até que ele compreenda e pare com tais atitudes”, finalizou.

AGRADECIMENTO – A sindicalista também agradeceu a presença massiva dos professores da Rede Municipal que, mais cedo, nos dias 15 de Maio e 14 de Junho, lotaram as assembleias Gerais da categoria realizadas no período da manhã, no auditório da FETIEMA. No dia 15, os trabalhadores em educação da Capital aprovaram Estado de Greve contra a política de arrocho salarial do Governo Eivaldo Holanda Júnior; e no dia 14 de Junho, encaminharam demandas sobre a reabertura das negociações pela SEMED.

“Quero agradecer imensamente aos professores que compareceram aos eventos e por terem atendido a nossa convocação para dar um basta aos ataques do governo federal e municipal” pontuou Elisabeth Castelo Branco.

Participaram das mobilizações, dentre outros, a Força Sindical; sindicatos de trabalhadores ligados à Educação Pública; grêmios estudantis; professores universitários; UNEGRO; União Brasileira de Mulheres – UBM; artistas e movimentos sociais em geral.



SINDEDUCAÇÃO Gestão Resistir, Lutar e Avançar nas Conquistas

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - AV. 14, III CONJUNTO COHAB ANIL - SÃO LUÍS (MA) / Fone: 3225 4375

DIRETORIA EXECUTIVA: PRESIDENTE ELISABETH RIBEIRO CASTELO BRANCO, 1º TESOUREIRA IZABEL CRISTINA PINTO DIAS, 2º TESOUREIRA NATHÁLIA KAROLINE SOUSA DOS SANTOS; **DIRETORIA PLENA:** SEC. DE ASSUNTOS JURÍDICOS RAIMUNDA NONATA GUALBERTO RODRIGUES; SEC. DE APOSENTADOS MARY LOURDES SANTOS E SANTOS; SEC. DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS GLEISE INGRID SALES MELO; SEC. DE MOBILIZAÇÃO SINDICAL JAKELINE FREITAS DA SILVA.

CONSELHO FISCAL BERNADETE SILVA, SILVIA LILIA VERAS, EDYLENE PEREIRA; FRANCINEI LIMA; MARIA JOSÉ OLIVEIRA; DOMINGOS RODRIGUES; **EXPEDIENTE** ASCOM SINDEDUCAÇÃO. LEITURA OBRIGATÓRIA, 5.000 MIL EXEMPLARES.

FORMAÇÃO

Sindeducação promove Seminário dos Anos Iniciais para educadores da Rede Municipal



A Direção do Sindeducação, gestão “Resistir, Lutar e Avançar nas Conquistas”, promoveu, de 8 a 11 de Maio, na Associação Comercial do Maranhão, o Seminário dos Anos Iniciais, direcionado aos educadores da Rede Pública Municipal, com o objetivo de valorizar o profissional da educação, agregando e atualizando os conhecimentos, a fim de aperfeiçoar a gestão em sala de aula.

Durante a abertura, a professora Gleise Sales, diretora de Assuntos Educacionais do sindicato, ressaltou a importância do evento de formação, no momento em que a Educação Pública da Capital passa por uma crise sem precedentes. “Buscamos trazer a reflexão entre o que vivenciamos nas escolas onde atuamos, e o cenário educacional ideal. Cada palestra proferida busca acrescentar um pouco mais para a nossa reflexão sobre o ideal e o real”, frisou.

A presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, agradeceu a presença de todos os professores, e ressaltou que o sindicato busca desenvolver eventos que fomentem a formação político-pedagógica da categoria. “A conjuntura política atual é totalmente adversa aos profissionais do Magistério, que precisam fazer uma reflexão, nas entrelinhas, do que está sendo propagado por governos e parte da Imprensa financiada pelos grandes conglomerados econômicos, pois é a Educação Pública e a nossa profissão que estão ameaçadas”, lembrou.

A professora Delza Cristina Pinheiro também compôs o dispositivo de honra, representando todos educadores da Rede Municipal no evento. Para Delza, o contexto político é,

professores, que lidam diariamente com situações adversas e difíceis na Rede Pública de Ensino.

O professor José Carlos de Melo ministrou a palestra “O papel do lúdico na transição da Educação Infantil para o 1º Ano do Ensino Fundamental”, e destacou a brincadeira, como item importante da Educação Infantil. Para o palestrante, a brincadeira é parte fundamental do desenvolvimento.

O professor Raimundo Brandão falou sobre a importância do estudo da Matemática nos anos iniciais. De forma didática, o educador apresentou pesquisas produzidas na UEMA, e a distinção entre matemático e quem ensina matemática. “O pavor de crianças e adultos pelo conteúdo foi evidenciado, principalmente no que toca os alunos das escolas públicas”, pontuou.

Os mestres Carlos Eduardo Everton (IFMA) e Márcio Henrique Gomes (SEDUC-MA) fizeram um debate sobre a “Escola Sem Partido: trajetória, intenções e momento presente”. “A verdade é que no projeto da Escola Sem Partido não existe nenhum princípio que se preocupe, efetivamente, com a educação”, frisou o professor Márcio Gomes.

A professora Joelma Reis e o professor Raimundo Brandão, abordaram, respectivamente, “A Proficiência na Leitura para o 3º Ano” e “O Ensino da Matemática nos Anos Iniciais”.

Para Joelma Reis, apesar de toda precariedade da Rede Pública Municipal da Capital, por exemplo, que carece de infraestrutura e de uma continuidade de políticas de formação de professores alfabetizadores, o planejamento escolar deve contemplar a leitura, não apenas do livro de literatura, mas de

caminhos a seguir.

A doutora Cacilda Cavalcanti fomentou um debate sobre a Mercantilização da Educação. A palestrante falou sobre a vinculação da Educação à economia, e ressaltou que em nenhuma sociedade ela pode estar desvinculada. “O problema é para onde a Educação Pública segue quando há fortes interesses econômicos disputando espaços com ela”, assinalou.

O Racismo na Educação foi o tema trabalhado pelo professor Leite da Silva (UFMA). Ele enumerou diversas situações de racismo que atingem a educação. Para o doutor, o preconceito passa pela cor da pele e chega aos livros didáticos, como é o caso do conto “O sítio do pica-pau amarelo”, do escritor Monteiro Lobato, e que alcança questões religiosas, culturais e costumes de cada membro que pertence ao grupo escolar.

João Bottentuit Júnior, professor doutor da UFMA, apresentou aos educadores da Rede Municipal a possibilidade da utilização de ferramentas digitais na gestão escolar e na sala de aula. Para o estudioso, “se bem utilizadas, as ferramentas digitais e a internet podem ser excelentes aliadas dos profissionais de educação”, comentou.

A Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: os desafios postos pela formação integral da criança, foi a palestra proferida por Genylton Rocha. Durante sua apresentação, o doutor fez uma abordagem acerca da contribuição da Docência para a formação integral do sujeito nos primeiros anos escolares.

Segundo Genylton, os professores passam por uma campanha sistemática de desqualificação, promovida pela



historicamente, adverso aos profissionais do Magistério, mas atualmente, foi dada a largada ao que a educadora nominou de “Caça às Bruxas”, se referindo ao período de perseguição política aos professores e à Educação Pública em geral. “Percebemos que o Governo Federal não tem projeto para nenhuma área, mas para a Educação o projeto é de desmonte; por isso, faço um apelo para aproveitarmos esse evento, que serve para nos fortalecer e nos unir ainda mais”, destacou.

PALESTRAS – O educador físico e coaching, Igor Fagner, proferiu a palestra inicial do evento. Para Fagner, a sua apresentação buscou trabalhar o controle emocional dos

uma infinidade de conteúdo que possa ser discutida.

Para Carlos Eduardo, o projeto não é sustentado por qualquer base ideológica, sendo incongruente e contraditório. “Na verdade, o que o Governo quer é reverter a base curricular, a partir de um projeto que dê sustentação legal para isso, mas que não deixa de ser vazio”, explicitou.

O professor Gilvan Azevedo (IFMA) apresentou dados, e traçou um panorama da crise que atinge as escolas civis públicas. Azevedo abordou o assunto em três fases, a crise que se abate na educação; as soluções que estão presentes no discurso hegemônico; e por fim, as possibilidades dos

Gestão Pública brasileira. “Nos últimos 20 anos foram criados diferentes mecanismos de controle do que se faz no interior da sala de aula, com o objetivo de culpabilizar os profissionais de educação por aquilo que tem sido chamado de fracasso escolar”, avaliou.

Genylton também falou sobre o que muda com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem aprender ao longo da escolaridade.

JURÍDICO

Sindeducação

Professor (a), marque um atendimento com o nosso setor jurídico através do número (98) 3225 4375. Segunda a sexta, das 8h às 18h.

CONQUISTA

Justiça homologa cálculos da Ação Coletiva de Férias, e manda Município de São Luís pagar professores

O Sindeducação informa aos educadores, que os cálculos judiciais apresentados pela Contadoria Judicial do Fórum de São Luís alcançam R\$ 4,9 milhões de reais, e foram homologados pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública. Essa Ação Coletiva cobra adicional de férias do ano de 2005 na proporção de 1/3 sobre 45 dias, para os professores que à época já estavam na Rede de Ensino há no mínimo um ano. A ação movida pelo sindicato defende o direito de 4.264.

Na assembleia geral extraordinária, realizada no dia 14 de Junho, na FETIEMA, os educadores aprovaram a celebração de um acordo com a SEMED, com o objetivo de agilizar o pagamento desses e outros valores em ações vitoriosas do sindicato.

O assessor jurídico do sindicato, advogado Antônio Carlos Araújo, informa que nos termos do acordo foi solicitado prioridade para pagamento dos professores mais idosos e portadores de doenças graves, conforme prevê a legislação. “Sendo assim, todos os professores que tenham mais de 60 anos, ou que sejam portadores de doenças graves, pessoa com deficiência, e que estejam nesse processo, serão beneficiados com a medida”, lembrou.

Para a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, o andamento dessa ação comprova o esforço do sindicato em dar efetividade às conquistas judiciais obtidas.



“Estamos buscando o efetivo cumprimento da sentença que reconheceu o direito do professor, e que esse dinheiro esteja o mais rápido possível na conta dos educadores que são defendidos por nós”, assinalou.

Para a sindicalista, a conquista judicial demonstra compromisso, esforço, e o direcionamento assertivo do

Sindeducação na cobrança dos direitos negados pela Administração Municipal.

RELEMBRE – Essa Ação Coletiva ajuizada pelo Sindeducação, requer adicional de férias referente ao ano de 2005, na proporção de 1/3 sobre 45 dias, para os professores que à época já estavam na Rede de Ensino há no mínimo um ano. No dia 28 de setembro de 2011, a juíza Maria José França, julgou procedente o pedido formulado pela Assessoria Jurídica do sindicato. Na sentença, determinou que sobre o valor apurado para cada professor, incidirão juros moratórios de 0,5% ao mês, a partir da citação, além de correção monetária, a partir do mês de julho de 2005, em ambos os casos com termo final em junho de 2009.

Em seguida, o processo foi remetido ao Tribunal de Justiça do Maranhão, para o chamado “exame necessário”, que decorre da obrigatoriedade, nesses casos, de uma análise por juízes de 2ª Instância. O TJ manteve a sentença da magistrada em favor dos educadores, e devolveu o processo ao Juízo de origem. O Sindeducação busca agora, a efetividade do cumprimento dessa sentença, por meio do procedimento chamado Cumprimento de Sentença. Cálculos homologados e ordens de pagamento determinadas pelo juiz que responde atualmente pelo processo, cabe apenas aguardar o pagamento.

VITÓRIA

Sindeducação conquista na Justiça, o direito dos educadores ao retroativo das progressões verticais

O Sindeducação conquistou mais uma importante vitória na Justiça. Dessa vez, foi uma sentença que reconhece o direito dos educadores ao recebimento da diferença das progressões verticais dos anos de 2010, 2011 e 2012. O documento, assinado pelo magistrado Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital, condena o Município de São Luís ao pagamento das diferenças de vencimento decorrentes das progressões concedidas por decretos municipais, e ao pagamento do adicional por tempo de serviço (anuênio) incidente sobre as diferenças de vencimentos devidas, tudo corrigido a partir do pedido administrativo formulado pelos professores.

Segundo a Assessoria Jurídica do Sindeducação, que atua no processo, o julgamento favorável aos trabalhadores é resultado do trabalho que o Sindeducação desenvolveu em cima do descumprimento de um acordo assinado pela entidade com a própria Secretaria de Educação Municipal (SEMED). “Um dos itens do acordo (cláusula quinta) versava sobre a concessão das progressões verticais pleiteadas em 2010, 2011 e 2012, sem prejuízo da progressão horizontal já conquistada. Pela cláusula, estas progressões seriam implantadas nos meses, respectivamente, de julho, setembro e dezembro de 2013, o que ocorreu, mas o município deixou de incluir o ato no Decreto n.º 44.017/2013 regularizando a concessão dos vários direitos estatutários, negociados, além de retificar as progressões verticais concedidas em 2010”, frisa o advogado Antônio Carlos Araújo, assessor jurídico.

O Município de São Luís, em defesa, argumentou não serem devidas as diferenças salariais pleiteadas, sob o fundamento de que os dispositivos da Lei Municipal n.º 4.931/2008 (Estatuto do Magistério), que tratam de progressão vertical, são inconstitucionais, por suposta violação à regra constitucional



de acesso a cargos públicos por concurso público (CF, art. 37), configurando hipótese de ascensão funcional. Ademais, esclarece que “os servidores já estão recebendo remuneração com padrão de vencimento de professor de nível superior – PNS”, descreve o procurador do Município.

A presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, comemorou a decisão proferida pelo magistrado, e pela conquista alcançada pelo sindicato, parabenizou todos os educadores da Capital que possuem direito ao benefício. “O Sindeducação desenvolve um papel fundamental na defesa dos direitos dos profissionais do Magistério, e esse, é mais um fruto do nosso árduo labor diário à frente do sindicato. Parabéns professores!”, destacou a líder sindical.

LISTA – Fazem jus ao pagamento dos retroativos das progressões verticais, a partir dos pedidos administrativos, assim como ao adicional de tempo de serviço (anuênio), todos os professores listados nos decretos municipais n.º 44.076/2013, 44.384/2013 e 44.801/2013.

Em Apelação Cível ajuizada no último dia 21 de fevereiro, o Município de São Luís recorreu da sentença ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A assessoria jurídica do Sindeducação vai atuar com a mesma determinação nessa segunda fase do processo, e lembra “O direito é líquido e certo, acreditamos na manutenção dessa decisão pelos eminentes desembargadores do TJMA”, assinala o advogado Antônio Carlos.

Professor (a), marque um atendimento com o nosso setor jurídico através do número (98) 3225 4375. Segunda a sexta, das 8h às 18h.

JURÍDICO

Sindeducação

JURÍDICO

Sindeducação informa sobre andamento das ações judiciais



O Sindeducação informa aos educadores sobre o andamento das ações judiciais que cobram os retroativos relacionados aos direitos estatutários da categoria, referentes ao Ano de 2014, implantados pela Prefeitura de São Luís em Setembro de 2015. O assessor jurídico da entidade, advogado Antônio Carlos Araújo, disponibilizou informações atualizadas sobre as ações de Progressão Vertical; Adicional por Titulação; e Gratificação de Dificil Acesso.

PROCESSOS – A Ação Coletiva n.º 0851000-91.2016.8.10.0001, requer o pagamento dos retroativos relacionados à Progressão Vertical de 2014, solicitada em Abril do mesmo ano, e concedida em Setembro de 2015 por meio do Decreto Municipal n.º 47.332/2015.

Esse processo está concluído para julgamento desde o último dia 13 de fevereiro. A Assessoria Jurídica acredita que a sentença do juiz deve sair a qualquer momento.

Nessa ação, 38 professores são defendidos pelo sindicato.

Já o processo n.º 0851001-76.2016.8.10.0001, com 94 professores, cobra o retroativo do Adicional por Titulação

solicitado em 2014, e concedido pela Prefeitura em setembro de 2015, por meio do Decreto n.º 47.333/2015.

Esse processo está pronto para julgamento desde o último dia 14 de fevereiro.

Outra Ação Judicial que está pronta para julgamento, é a Ação Coletiva de cobrança dos retroativos da Progressão Horizontal concedida em Agosto de 2015 pelo Decreto Municipal n.º 47.227/2015. Esse processo, de número 0851133-36.2016.8.10.0001, defende o direito de 55 professores.

DIFÍCIL ACESSO – O processo n.º 0850999-09.2016.8.10.0001, ajuizado pela Assessoria Jurídica do Sindeducação para cobrança dos retroativos da Gratificação de Dificil Acesso solicitada em 2014, e concedida em Setembro de 2015 pelo Decreto Municipal n.º 47.331/2015, contempla 37 professores.

O juiz de Direito competente para julgar o caso, abriu prazo e aguarda a apresentação de documentos por parte do Município de São Luís.

DESCONTOS INDEVIDOS

Sindeducação divulga lista de valores atualizados na ação de cobrança do IPAM

O Sindeducação informa que os valores da Ação Coletiva ajuizada pelo sindicato para recebimento dos descontos indevidos sobre o adicional de 1/3 férias dos professores a partir de 26 de Julho de 2007, realizados pelo Instituto de Previdência e Assistência de São Luís – IPAM, foram atualizados e podem ser consultados diretamente na sede do sindicato. Como medida de segurança e para resguardar os beneficiários dessa ação, a entidade suspendeu a divulgação da lista no site, em razão de diversas denúncias que apontam tentativas de golpes por estelionatários.

Qualquer dúvida é só ligar para o número (98) 3225-4375 ou (98) 98829-0210.

Em setembro de 2013, o sindicato, por meio de sua Assessoria Jurídica, conquistou julgamento favorável para a suspensão e devolução dos descontos realizados, indevidamente, pelo IPAM. O advogado Antônio Carlos Araújo, assessor da entidade, ressalta que a execução dos valores será realizada de forma coletiva, e os professores listados não precisam ir ao sindicato entregar documentos. “A liquidação dos valores ocorrerá pelo Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, e o IPAM tem 30 dias para falar sobre os cálculos, que estão atualizados até Março/2019”, explica.

A presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, pede que os professores tenham atenção e não forneçam dados pessoais ou façam transferências de valores para desconhecidos (estelionatários) que estão tentando se passar por funcionários e advogados do Escritório de Advocacia que assessoram a entidade. “O professor não pode repassar dados pessoais por telefone, e sempre, na dúvida ou na certeza, deverá ligar ou vir ao sindicato obter informações reais de seu processo”, frisa a sindicalista.

A professora lembra que, para recebimento de valores em processo judicial não é necessário “pagar valores antecipadamente”, pois se trata de um golpe. “Todos os valores desse processo do IPAM, como dos outros que o sindicato defende a categoria, são expedidos mediante Alvará Judicial, documento assinado pelo juiz em que o professor vai ao Banco do Brasil sacar diretamente no caixa”, pontua Elisabeth Castelo Branco.

POSSIBILIDADE DE ACORDO – O advogado lembra que, em caso de acordo com o IPAM, nessa fase de pagamento, os valores devidos a cada um serão depositados diretamente em conta corrente, já com a dedução dos Honorários Advocatícios devidos ao Escritório Araújo Ferreira Advogados Associados.

AÇÃO DE FÉRIAS

Associados beneficiados com vitória do Sindeducação comparecem ao sindicato



Centenas de associados foram atendidos ao longo dos últimos meses na sede do sindicato. Eles buscavam entregar os documentos necessários para execução de diversas ações judiciais vitoriosas. Por diversas vezes, a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, recepcionou os educadores e destacou a importância das conquistas obtidas. “Nada do que conquistamos foi dado pela prefeitura. São vitórias da categoria, nossas, que acionamos na Justiça aqueles que negaram o direito líquido e certo aos professores da Rede Municipal”, destacou.

A sindicalista lembrou que as conquistas judiciais são apenas parte da luta, e que a categoria deve se manter firme e mobilizada para seguir colhendo frutos da luta política. “A luta é árdua, para além dos governos, infelizmente, temos inimigos dentro da própria categoria, que insistem em remar ao lado dos poderosos e buscar a destruição da verdadeira luta dos trabalhadores, a luta que travamos diariamente”, alertou.

Saiba mais sobre as notícias jurídicas

Clique na imagem abaixo e siga-nos nas redes sociais.



PRECATÓRIOS DO FUNDEF

Sindeducação participa do lançamento da Frente Norte/Nordeste pela Educação em Salvador (BA)



Nos dias 6 e 7 de junho sindicalistas e assessores jurídicos lançaram a Frente Norte/Nordeste pela Educação em Salvador (BA), durante seminário promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – APLB. O ato também serviu de mobilização para o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 528, que busca vincular os R\$ 90 bilhões dos precatórios do FUNDEF para o Magistério.

O julgamento, que não aconteceu no dia 12 de junho, foi remarcado para o próximo dia 14 de agosto.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE participou do evento. Para Heleno Araújo, o fortalecimento da luta por meio das ações integradas da confederação e Frente Norte/Nordeste são fundamentais para a mobilização de parlamentares, professores e sociedade civil em defesa desse direito que é dos trabalhadores em Educação. “Estamos defendendo que haja o cumprimento da Lei do FUNDEF, que submetido a decretos anuais até 2006, foi

subestimado prejudicando a remuneração dos educadores e a projeção do FUNDEF atual”, explicou Heleno.

Segundo a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, o direito do Magistério aos recursos do FUNDEF objetiva garantir o padrão nacional de valorização dos professores nas escolas públicas. “Professor não vai, como propaga o TCU, enriquecer ilícitamente com esse dinheiro, simplesmente porque esses valores se referem ao salário que ele deixou de receber ao longo de diversos anos”, frisou a sindicalista.

A dirigente também parabenizou os educadores do Estado da Bahia e os diretores da APLB, por meio do seu presidente Rui Oliveira. “Os professores baianos estão de parabéns pelo engajamento e disposição de luta não apenas pelos precatórios, mas contra a Reforma da Previdência e em defesa do Novo Fundeb e do Estado brasileiro soberano”, pontuou.

Representantes do sindicato de professores do Ceará; Pará e Paraíba; do município de Lauro de Freitas (BA), dirigentes sindicais de Delegacias da APLB de quase 200 municípios,

dentre outros, participaram do lançamento da Frente em Salvador. Nos últimos dias, após a intensificação da ação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e da Frente Norte/Nordeste, com apoio de parlamentares progressistas, diversos deputados federais envolveram-se com o tema, fato que rende pressão junto ao STF.

A deputada federal Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, participou das atividades de lançamento, e conclamou os professores a aderirem a essa luta que é de extrema importância para a classe. “Todos devem estar cientes que o Brasil deve parar em defesa da nossa previdência, da Educação Pública e do nosso país”, bradou a parlamentar.

NOVO FUNDEB – Durante o Seminário, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Educação e Cultura do Ceará, Anízio Santos de Melo, falou sobre o Novo Fundeb. O sindicalista lembrou que os recursos do FUNDEB atual acabam ano que vem, 2020, e que deve haver por parte de todos professores do país, com ênfase no Norte/Nordeste, que recebem complementação

das verbas por meio desses recursos, um engajamento extraordinário para fazer voz junto aos parlamentares em Brasília.

“Uma PEC, de número 15/2015, que tramita na Câmara dos Deputados e torna o FUNDEB permanente, incrementa a complementação da União para 30%, e adota uma nova metodologia de distribuição dos recursos, onde terá prioridade, quem mais necessita do recurso”, lembrou.

Para o sindicalista cearense, a proposta contém pontos positivos defendidos pelos professores, e que diante da conjuntura dada, requer engajamento das entidades sindicais na defesa e melhoria pontual dessa proposta, que já está aprovada, desde 2015, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. “Uma PEC deve ser aprovada pelo Plenário em dois turnos, com os votos de 3/5 dos deputados (308 votos), e para a sua aprovação são necessários 257 votos favoráveis, ou seja, maioria absoluta. Agora, pensem na conjuntura atual do Congresso Nacional, essa é nossa luta”, finalizou.



ADVERTÊNCIA

Professores enfrentam temporal e retaliação da PM no Dia de Luta em Defesa da Educação Pública da Capital

Liderados pelo Sindeducação, os professores da Rede Pública Municipal realizaram no dia 30 de Abril, Paralisação de Advertência em protesto à política de arrocho salarial implementada pelo Governo Edivaldo Holanda Júnior, que não dialoga com a categoria, e não repassa os 4,17% de reajuste do Piso Nacional do Magistério. Além dos educadores, se engajaram no movimento os aprovados no último concurso público realizado pela prefeitura; mães de alunos da Rede Municipal, transformando o protesto em um Grande Ato contra o caos na Educação Municipal.

A concentração ocorreu na Praça da Igreja de São Francisco de Assis, no Bairro São Francisco, e mesmo sob forte chuva e repressão da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), os educadores levaram à sociedade ludovicense, a realidade dos graves problemas enfrentados pela Educação Pública da Capital.

Durante marcha pela Avenida Colares Moreira, em direção à Secretaria de Educação – SEMED, a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, denunciou a falta de compromisso da Administração Pública, em resolver os problemas e dialogar com a categoria. “Tanto o prefeito Edivaldo Holanda Júnior quanto o secretário de Educação, Moacir Feitosa, se fecharam para o diálogo com a categoria e prosseguem em silêncio fúnebre, situação igual está a Rede Escolar do município”, alertou.

A professora Josidete Barbosa também denunciou a falta de diálogo da SEMED. “Nunca foi muito fácil levar as demandas dos alunos e dos professores municipais para o Prefeito, mas nos últimos dois anos piorou muito”, disse.

Além do reajuste, a categoria exige a reestruturação das escolas e a disponibilização de material didático e pedagógico; cumprimento do plano de cargos, carreiras e vencimentos e do Estatuto do Magistério com pagamento, administrativo,

das progressões; e a reposição das perdas salariais na ordem de 17,46%, convocação dos concursados, a entrega das duas creches e abertura de diálogo com o sindicato. Os professores denunciaram diversos problemas criados pela SEMED, como o acréscimo de 15 minutos à jornada de trabalho, em compensação ao tempo de recreio, o que é ilegal de acordo com o Sindeducação; 1/3 de hora atividade, dentre outros.

Durante o protesto, a presidente da entidade ressaltou que os professores não estão pedindo o impossível, mas apenas solicitando o pagamento dos 4,17% de reajuste da Lei Nacional do Piso. “O repasse do FUNDEB, por exemplo, está em dia, as complementações dos repasses estaduais, e a arrecadação municipal está em curva crescente; mas a Prefeitura de São Luís trabalha com o discurso de terra arrasada para, sequer, dialogar com os professores”, lamentou a professora Elisabeth Castelo Branco.

Apesar da chuva torrencial que atingiu a Capital no horário do protesto, os professores, mães e pais de alunos se mantiveram firmes na frente da SEMED.

RETALIAÇÃO – Durante o protesto dos professores, policiais militares, em ação exagerada, com abuso de poder, portando armas de grosso calibre, metralhadores, vestidos com toucas-ninja, tentaram intimidar os professores. Os militares fizeram de tudo para acabar com a manifestação da categoria.

“Professores, pais, mães e até o motorista do carro de som, que estava fazendo o seu trabalho, foram coagidos, ameaçados de prisão pela PM, um absurdo. Enquanto isso, bandidos perigosos agiam em diversas partes da cidade, mas a polícia estava de ponto para coagir a luta pacífica dos professores”, denunciou a presidente do Sindeducação.

Crianças que acompanhavam as mães no protesto assistiram toda a ação midiática da PM.



CAMPANHA SALARIAL

Em defesa da Educação Pública, educadores da Rede Municipal aprovam Estado de Greve



Os professores da Rede Pública Municipal de São Luís decretaram Estado de Greve, durante assembleia geral da categoria realizada no dia 15 de maio, no auditório da FETIEMA. Por unanimidade, os educadores da Capital acompanharam proposta formulada pela Direção do Sindeducação, que objetiva, dentre outros, manter e ampliar a mobilização da categoria na defesa das pautas da classe e em defesa da Educação Pública.

Os professores compareceram em grande número e repudiaram a resposta do Comitê Gestor Financeiro, que apenas reproduz as mesmas justificativas dadas pela Prefeitura de São Luís em anos anteriores, para tentar confirmar a impossibilidade de implantação do reajuste nacional do Piso do Magistério (4,17%).

Durante a assembleia o Sindeducação lembrou que nada impede a utilização de até 100% dos recursos do FUNDEB

para pagamento de professores, isso porque existem outras verbas federais de manutenção da Educação Básica, e, além disso, no caso do Município de São Luís, a administração deveria de utilizar pelo menos 25% da receita oriunda de impostos da arrecadação municipal (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino MDE) na Educação Municipal.

Para a diretoria do Sindeducação, os argumentos da prefeitura são contraditórios, pois a Lei Orçamentária Anual – LOA prevê um percentual mínimo de reajuste para os servidores municipais, fato ignorado pelo Comitê Gestor Financeiro. “A LOA é bem clara nesse ponto, até porque há que se prever que o município tenha capacidade de uma projeção econômica e uma melhora na sua capacidade financeira”, frisa a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco.

CRÍTICA – Para os educadores presentes à assembleia,

a resposta/desculpa da Prefeitura por meio do Comitê Gestor, reflete o descompromisso do prefeito da Capital com a Educação. O sindicato ressalta que, apesar do discurso oficial, é notório que a arrecadação do município cresceu entre os anos de 2017 e 2018, mas a administração trabalha com o discurso de “terra arrasada”.

NEGOCIAÇÃO – Após quase cinco meses sem receber o Sindeducação, e sob forte pressão dos educadores, de membros do próprio Governo Municipal, vereadores e sociedade civil, o secretário de Educação de São Luís, Moacir Feitosa, recuou e decidiu retomar as reuniões de negociação com o sindicato. Após reunião realizada na Secretaria de Educação – SEMED, no último dia 4 de Junho, solicitada pelos vereadores Osmar Filho, presidente da Câmara Municipal, e Sá Marques, o secretário remeteu ofício ao sindicato contendo calendário de reuniões com a entidade sindical.

Para a presidente do sindicato, o silêncio da SEMED e a quebra de diálogo com a categoria ao longo dos últimos 130 dias, prejudicou fortemente o andamento das demandas dos professores, e é preciso recuperar o tempo perdido com uma postura propositiva da secretaria. “É preciso ter maturidade para dialogar e saber que o gestor está passível de críticas, que servem para a melhoria do seu próprio trabalho”, frisou a presidente do Sindeducação, ao replicar o ressentimento do secretário de Educação.

“Nós não somos crianças para deixar de dialogar em face das críticas à Gestão da Educação, que, me perdoem, vêm de toda a sociedade ludovicense, começando pelos pais de alunos”, criticou a dirigente sindical.

PARALISAÇÃO

Sindeducação mobiliza professores em dia de luta contra a Reforma da Previdência

Os professores da Rede Pública municipal participaram, no dia 22 de março, Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência Social, convocado pelas centrais sindicais. Os trabalhadores da Capital reuniram-se na frente do INSS, em ato contra o projeto apresentado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que dificulta o acesso à Previdência.

Para a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, que liderou a participação dos educadores no evento, é preciso levantar a bandeira de luta contra essa proposta nefasta da presidência da República, que vai destruir todos os direitos que foram duramente conquistados. “Nós mulheres seremos as mais prejudicadas nessa reforma, e não podemos aceitar. Estamos aqui para dizer ao nosso país, ao presidente, que essa reforma não vai ser aprovada, não vamos aceitar, seremos resistência”, frisou durante o discurso.

Ainda de acordo com a presidente, “no que tange a mulher, a reforma não leva em consideração as condições de trabalho dela, e a tripla jornada, pois além de trabalhar fora, ainda tem que cuidar do lar e dos filhos, o que acarreta em um desgaste físico e emocional muito maior”.

O professor Leonel Torres, educador da base, destacou que “a reforma da previdência significa a retirada dos direitos dos trabalhadores. É preciso dizer não a essa reforma, contra essa política da maldade. Vamos todos rumo à greve geral”.

“Esse é um grande golpe que o governo quer dá na nação brasileira”, lamentou a dirigente sindical, Nathália Karoline, que complementou: “Exigimos respeito aos trabalhadores, aos professores. Essa reforma não vai passar e esses fascistas não passarão”.

Participaram da mobilização, também, as centrais sindicais Força Sindical; CTB; CUT; CSB; UGT; CSP Conlutas; trabalhadores de diversas categorias, das zonas urbana e rural; movimentos sociais e estudantes, todos contra a PEC 6/2019.

ENTENDA – A proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro, ao Congresso



Nacional, por meio da Proposta de Emenda Constitucional – PEC n.º 6/2019, penaliza os profissionais do Magistério. Professores que estão na ativa, de acordo com os destaques da “reforma” da Previdência votados no dia 12 de julho, terão de cumprir a idade mínima de 52 anos, no caso das mulheres, e 55 anos, para os homens. A votação fez parte da análise dos destaques que tratam de temas específicos.

Pelo texto-base, aprovado no plenário dois dias antes (10), professoras e professores teriam acesso à aposentadoria a partir de 55 e 58 anos, respectivamente. Com a alteração, docentes federais, de instituições privadas e de municípios sem regime próprio de Previdência poderão se valer das mudanças desde que cumpram com a regra de transição que exige pedágio de 100% do tempo restante para se aposentar, ou seja, se faltar um ano para alcançar o benefício, será preciso trabalhar dois anos.

APOIO PARLAMENTAR – A professora Elisabeth, aproveitou a ocasião para solicitar apoio dos parlamentares presentes, a exemplo do Senador Weverton Rocha e do Deputado

Federal Márcio Jerry. “Foi um momento de falar da reforma da previdência, e também sobre a destinação de percentuais dos precatórios do FUNDEF para os professores, além da Medida Provisória 873/2019, que impede a organização dos sindicatos e afronta a Constituição Federal, limitando a liberdade de associação e autodeterminação dos cidadãos”, pontuou. Outro parlamentar presente foi o vereador Honorato Fernandes. As dirigentes do Sindeducação pediram apoio para resolução dos problemas da Rede de Ensino municipal, devastada pelo caos patrocinado pela SEMED. “Vamos apresentar ao vereador, o panorama da falta de estrutura e o fechamento das escolas municipais, que está prejudicando o aprendizado das crianças e adolescentes. Enviaremos ao parlamentar, um relatório e mapeamento das escolas, provando o descaso da Prefeitura com a educação”.

“Cobrei dos parlamentares o apoio a nossas causas. Precisamos pressionar os deputados federais e senadores para nos apoiar nessa luta”, finalizou a presidente.

TRANSPARÊNCIA

Associados aprovam a Prestação de Contas 2018 da gestão Resistir, Lutar e Avançar nas Conquistas

A diretoria do Sindeducação apresentou, no dia 29 de Maio, balanço das ações sindicais e o demonstrativo financeiro da entidade. Durante a Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas – Exercício 2018, foi apresentado o parecer do Conselho Fiscal sobre as contras da entidade sindical, e após análise, aprovado por ampla maioria dos associados.

A assembleia ocorreu no Teatro Zenira Fiquene, Faculdade Pitágoras, e contou com a participação da Diretoria Executiva e Plena do sindicato. Estiveram na mesa, a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco; a 1ª Tesoureira da entidade, professora Izabel Cristina Dias; a 2ª Tesoureira, professora Nathália Karoline; os assessores Antônio Uchôa Neto (Assessoria Contábil) e Antônio Carlos Araújo (Assessoria Jurídica), na condução dos trabalhos, além da presidente do Conselho Fiscal da entidade, professora Bernadete Lourdes Silva.

A diretoria expôs todas as atividades desenvolvidas (políticas, administrativas, e socioculturais) ao longo de 2018. Dentre as atividades, foram destacadas a Campanha Salarial 2018; a defesa dos Precatórios do FUNDEF e da Previdência Social; participação em atos públicos, conferências, debates e reuniões junto aos órgãos como Ministério Público, SEMED, Poder Judiciário, e outros. Foram apresentadas, também, as melhorias implementadas no atendimento Odontológico e Psicológico realizado na sede do sindicato; ações desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, atividades políticas e lúdicas

realizadas junto às aposentadas.

A Assessoria Jurídica também apresentou relatório das ações desenvolvidas, dentre os quais, 1.920 atendimentos realizados na sede, ajuizamento de ações como diferença de vencimento do antigo Estatuto do Magistério, gratificação Classe D, cobrança do Abono Permanência, dentre outros.

A apresentação das contas sindicais está prevista no Estatuto do Sindeducação, e visa, dentre outros, a garantia de participação dos trabalhadores no processo de gestão sindical e competência do sindicato na gestão de seu orçamento anual. “Importante que os filiados participem desse momento. É uma ocasião em que todos podem se informar e examinar como os recursos do Sindeducação são geridos, e apontar direcionamentos propositivos quando oportuno”, destacou a professora Elisabeth Castelo Branco.

“Tivemos um ano de 2018 muito intenso, repleto de atividades e ações políticas, jurídicas e socioculturais que buscaram, dentre outros, envolver os educadores da Rede Pública com a vivência sindical, aproximando-o também dessa entidade que é de todos nós. Fico feliz em ver a grande participação dos associados nessa assembleia”, finalizou.

PARECER – A presidente do Conselho Fiscal apresentou aos filiados, todas as constatações e orientações observadas nas análises dos documentos contábeis, depois fez a leitura do parecer contábil que designou favorável a aprovação da Prestação de Contas do Sindeducação – Exercício 2018.

Após esclarecimento de dúvidas pontuais apresentadas



por associados, foi colocada em votação e aprovada por ampla maioria, com apenas um voto contrário, do associado Antonísio Furtado.

CONSELHO FISCAL – O Conselho Fiscal integra o sistema diretivo da entidade, eleito juntamente com a Diretoria para um mandato de quatro anos, composto de três titulares e três suplentes. Cabe ao conselho apreciar e emitir parecer prévio sobre os balanços e balancetes contábeis e financeiros apresentados pela Diretoria e sujeitos a deliberação da categoria; elaborar parecer sobre balanço financeiro anual, submetendo a voto em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, nos termos do Estatuto, dentre outras atribuições.

Também integram o Conselho Fiscal do Sindeducação, as professoras Sílvia Lília Veras; Edylene Pereira Santos Silva, como titulares.